

DISTRIBUIÇÃO DE MUDAS A PARTIR DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ DO MUNICÍPIO DE DUAS ESTRADAS/PB COMO PROPOSTA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS NA PRIMEIRA INFÂNCIA

José Ricardo Borges da Silva¹
Wellson David Ferreira Dias²

RESUMO

Ao longo de sua jornada, a humanidade tem se distanciado progressivamente do meio ambiente, uma tendência que se intensificou nos últimos séculos, especialmente devido aos inúmeros processos e revoluções industriais ocorridos nesse período. Esses elementos convergem para a separação da natureza desde os primeiros anos de vida da criança, fase caracterizada pela sensibilidade às influências físico-sociais durante o desenvolvimento, resultando no distanciamento crescente das crianças em relação à natureza. Este trabalho tem como objetivo analisar e debater a importância da abordagem ambiental das ações promovidas pela equipe do Programa Criança Feliz do município de Duas Estradas - PB em celebração ao Dia da Árvore, considerando sua relevância para o desenvolvimento da consciência ecológica e o fortalecimento de vínculos afetivos das famílias acompanhadas. A presente pesquisa adotou uma metodologia qualitativa, com uma abordagem participativa que incluiu relatos de experiências, revisão bibliográfica e trabalho de campo (*in loco*). Como resultado, destaca-se a relevância dos gestos simples de educação ambiental durante a primeira infância, os quais contribuem para a formação de cidadãos ecologicamente críticos e podem resultar em uma significativa evolução benéfica para o meio ambiente, promovendo uma melhor qualidade de vida para as futuras gerações. No referido trabalho, constata-se a necessidade de mais iniciativas como a apresentada, especialmente direcionadas aos jovens em situação de vulnerabilidade social (público do programa), para que a formação ambiental possa oferecer uma compreensão mais profunda e abrangente da realidade em que estão inseridos, visando desenvolver uma percepção da necessidade de sustentabilidade para enfrentar os desafios ambientais em seu entorno.

Palavras-chave: Programa Criança Feliz, Desenvolvimento Sustentável, Arborização, Educação Ambiental, Primeira Infância.

¹Graduado do Curso de Geografia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, Jricardoborges@gmail.com;

² Professor orientador: Graduado pelo Curso de Geografia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, welsondias14@gmail.com

INTRODUÇÃO

Com o avanço da industrialização e o rápido processo de urbanização em escala global, uma parte da sociedade reconheceu a importância de direcionar sua atenção para as questões ambientais. Pois, tornou-se cada vez mais claro que a forma exploratória com a qual os recursos naturais estavam sendo utilizados pelo homem ocasionaram impactos devastadores, que influenciarão diretamente na qualidade de vida de todos os seres vivos (Costa, 2018). Diante desse cenário, a educação ambiental surgiu como uma das estratégias possíveis para lidar com a crise ambiental civilizatória, assumindo um papel crucial ao formar as próximas gerações, capacitando-as para se preocuparem e compreenderem a urgência dos cuidados e atenção que devem ser devidamente dados em prol de um planeta que vislumbre ações concretas de sustentabilidade (UNISEB, 2014).

O começo do século XXI é marcado pela busca social e econômico de uma sociedade mais responsável com o meio ambiente e a Educação Ambiental foi promovida, já no século anterior a ser a mediadora deste processo de conscientização. A educação é uma socialização de uma comunidade e, enquanto tal conserva os valores dominantes (a moral) naquela sociedade (Guitolini *et al.* 2018, p.17).

No Brasil de acordo com o artigo 225º da Constituição Federal Brasileira de 1988: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (Brasil, 2016).

A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), instituída pela Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999, implementa a questão ambiental, determinando que “[...] a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal” (Brasil, 1999). A mesma lei define o formato não formal como “[...] ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente” (Brasil, 1999). Portanto, torna-se fundamental promover uma abordagem intersetorial para desenvolver iniciativas ambientais eficazes, sendo necessária uma exploração além das salas de aula para

disseminar práticas sustentáveis e conscientizar a população sobre a importância da preservação ambiental.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) juntamente com toda a sua rede, incluindo os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), Secretarias de Ação Social, Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e todos seus programas interligados (como o Programa Criança Feliz – PCF), necessitam desenvolver seus calendários de ações com base em uma perspectiva voltada para o meio ambiente, essencialmente nos casos do Serviço de Convivência e do Programa Criança Feliz, que atuam diretamente com as crianças e adolescentes.

É fundamental que o tema da educação ambiental seja abordado com uma perspectiva voltada para o público jovem, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade social. Visto que, ao ser contextualizada na realidade local e promovida dentro das comunidades, a educação ambiental se torna um alicerce para que os moradores, primordialmente os jovens, responsáveis por formar as futuras gerações, sejam capazes de desenvolver, planejar e superar os desafios ambientais em seu próprio ambiente de vida (Nogueira e Souza, 2019 *apud* Chiquetto *et al.* 2021).

A educação não formal concentra-se fora do ambiente escolar, no cotidiano do jovem, utilizando seu dia a dia como uma arena de aprendizado. Isso contribui para o desenvolvimento de um senso crítico consciente sobre a necessidade de debater as ações relacionadas à sustentabilidade. O jovem se torna um participante ativo no progresso ou “retrocesso da sustentabilidade”. Essa abordagem possibilita uma compreensão mais clara e realista do papel da sustentabilidade no mundo e seu impacto no ambiente ao seu entorno, sendo crucial para que o jovem adquira um senso crítico em relação à sustentabilidade desde o início de sua jornada de percepção e descoberta do mundo ao seu redor.

O abismo existente entre a riqueza e a pobreza geram diversos problemas ambientais, desta forma, a questão ambiental não diz respeito somente a esta área. As iniciativas de trabalhar com temas voltados a educação ambiental têm como objetivo fortalecer igualmente os direitos sociais e econômicos, acreditando que a educação, funcione como instrumento de inclusão social, e a educação ambiental, como espaço de interação entre a sociedade e o seu meio, onde promove reflexões e se buscam alternativas aos modelos de desenvolvimento socioambientais, podendo ser uma alavanca para minorar as desigualdades sociais existentes (Teixeira, 2013 *apud* Chiquetto *et al.* 2021, p.2).

Dada à importância da conscientização ambiental para os jovens em situação de vulnerabilidade social e considerando a realidade das famílias acompanhadas, no

município de Duas Estradas - PB, o Programa de Criança Feliz (PCF) e o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) uniram esforços, elaborando uma iniciativa para celebrar o Dia da Árvore. Esta ação consistiu na distribuição de mudas de árvores frutíferas e não frutíferas ao longo da "Semana da Árvore", que ocorreu durante os dias de 16 a 20 de setembro de 2023. O objetivo era proporcionar às crianças em primeira infância um contato inicial e enriquecedor com a natureza.

A ação tem sido constante nos últimos anos, desde 2021, a equipe tem apresentado propostas relacionadas à arborização em suas iniciativas ambientais. Segundo dados da prefeitura, a parceria com a administração municipal ofertou mais de 5000 mudas doadas à população até 2023 (Prefeitura Municipal de Duas Estradas/PB, 2023).

Essas ações visam preservar e reflorestar o ambiente local, demonstrando um compromisso contínuo com a sustentabilidade e o bem-estar da população do município em destaque. A proposta de arborização é baseada na compreensão de que as árvores são as espécies vegetais mais singulares no ambiente urbano. Elas desempenham um papel fundamental no desenvolvimento de um ambiente urbano mais agradável, sustentável e funcional. Além disso, contribuem significativamente para melhorar a qualidade de vida nas cidades e para a saúde da população residente (Müller, 1998).

Ademais, realizamos ações como panfletagem e conscientização durante as visitas domiciliares, com o objetivo de promover uma sociedade mais verde e interligada com a natureza. Pois, o engajamento diante o tema não é mais apenas uma opção, mas sim uma necessidade vital para a própria sobrevivência da sociedade. O artigo apresenta o relato das ações realizadas durante a semana da árvore, que visou educar, conscientizar, desenvolver e formar vínculos familiares, a partir de ações simples e de cunho ambiental.

METODOLOGIA

Este estudo teórico foi conduzido no município de Duas Estradas, localizado no estado da Paraíba, Brasil. O município possui uma população estimada de 3.327 pessoas e uma área territorial de 27,012 km (IBGE, 2022). O principal objetivo deste trabalho foi discutir a relevância de uma abordagem de caráter ambiental em ações elaboradas pelo Programa Criança Feliz (PCF) no município em destaque, programa instituído pelo Decreto nº 8.869, de 5 de outubro de 2016, “[...] com caráter intersetorial e tendo em

vista promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância” (MDS, 2017). As ações a serem analisadas foram idealizadas em alusão ao Dia da Árvore, data comemorada no dia 27 de setembro em território brasileiro, e realizadas em parceria com o CRAS (Centro de referência de Assistência Social) e a Prefeitura do município.

Para alcançar o objetivo proposto, foi essencial a experiência prática do primeiro autor, que integrou a equipe responsável pela execução da ação. Além disso, foram analisadas as experiências e os relatos das famílias acompanhadas. A pesquisa foi fundamentada por uma ampla revisão bibliográfica, incluindo a leitura de artigos científicos, periódicos e livros didáticos. Esse embasamento teórico foi crucial para estruturar a pesquisa, que adotou uma abordagem qualitativa.

O PAPEL DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ (PCF) NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INTEGRAL NA PRIMEIRA INFÂNCIA

O Programa Criança Feliz (PCF), instituído pelo Decreto nº 8.869 de 5 de outubro de 2016, foi criado como uma ação de implementação do Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257 de 8 de março de 2016). Seu principal objetivo é promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância. Para isso, o programa se baseia em dois pilares principais. O primeiro é a intersetorialidade, que busca articular ações das políticas de Assistência Social, Saúde, Educação, Cultura, Direitos Humanos e Direitos das Crianças e dos Adolescentes, entre outras, considerando a família e o contexto de vida das crianças (MDS, 2016).

O segundo pilar tem como seu eixo central de atuação as visitas domiciliares, conduzidas de forma periódica, com o objetivo de apoiar e acompanhar o desenvolvimento integral das crianças durante a primeira infância. Além disso, essas visitas destinam-se a oferecer suporte à gestante e à família, preparando-os para o nascimento e fornecendo cuidados perinatais (MDS, 2016). A lei 13.257 de 8 de março de 2016, compreende como parte da primeira infância, apenas o período que abrange os seis primeiros anos completos, ou seja, os 72 meses de vida da criança, assim, estabelecendo-se como uma etapa marcada por mudanças velozes e significativas em termos de desenvolvimento humano. Nesse período, a família é a principal mediadora da relação da criança com o mundo e a principal facilitadora dos processos de desenvolvimento (MDS, 2017).

Logo, o CRAS desempenha um papel fundamental, pois se constitui como uma unidade de referência para que as famílias tenham acesso às ações do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), incluindo o Programa Criança Feliz. Sendo assim, encarregado de oferecer serviços socioassistenciais além de exercer a gestão territorial da Proteção Social Básica. Como resultado, desempenha um papel mobilizador e articulador crucial nos territórios, facilitando o acesso das famílias aos serviços oferecidos pelo SUAS (MDS, 2017).

Levando em consideração a intersetorialidade, o PCF do município de Duas Estradas, fornece ações dos mais diversos eixos, levando em consideração datas comemorativas, festividades culturais, saúde, educação, direitos humanos e principalmente a assistência social. Disponibilizando as famílias acompanhadas pelo programa, toda uma rede de auxílio e amparo, de forma articulada para o melhor desenvolvimento infantil. Ao adotar uma visão ampla sobre o desenvolvimento infantil, é possível optar por um desenvolvimento mais abrangente das habilidades da criança, utilizando a criatividade como principal metodologia.

Diante dessa perspectiva foi criada brechas para a formação de uma grande diversidade de didáticas formadas a partir da preservação do meio ambiental. As mais frequentes são os brinquedos e atividades com materiais recicláveis, que estão presentes no dia a dia na aplicação das visitas domiciliares, sempre a instruir os responsáveis pela família acompanhada, a importância da utilização de itens do cotidiano para o ato de brincar da criança, pois grande parte de seu desenvolvimento é formado através desses momentos.

Marquez (2011) afirma que há uma existência de estreitas relações entre a brincadeira infantil e o processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança. Sendo capaz de apresentar significados distintos, indo desde movimentos que a criança realiza nos primeiros anos de vida, como por exemplo, a agitação de objetos que estão ao seu alcance, até as atividades mais ou menos complexas, como certos jogos tradicionais. Ainda nessa perspectiva, o autor afirma que a brincadeira é uma atividade social da criança, cuja natureza e origem específicas são elementos fundamentais para a construção de sua personalidade e compreensão da realidade na qual se insere.

Figura 1 - Didáticas realizadas com materiais recicláveis utilizadas durante o momento da visita domiciliar



Fonte: Acervo pessoal.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos debates anteriores, compreendemos a necessidade de ações envolvendo o meio ambiente na assistência social, e ao assimilar as necessidades desenvolvidas na primeira infância, principalmente do público prioritário do programa, formado por crianças em situação de vulnerabilidade e risco social. Entendesse a necessidade de apresentar a criança ao meio ambiente desde a fase inicial de seu desenvolvimento, pois assim a criança desenvolve seu senso crítico ecológico ao desabrochar seu amor pela “mãe terra” em seus primeiros anos de vida. Tal pensamento entra em contraponto com a atual realidade das crianças, voltada a longas horas em ambientes fechados, fazendo com que as crianças atualmente sejam afastadas do convívio mais íntimo do mundo natural, passando por fases importantes de desenvolvimento sem compreenderem a sensação de sentir seus pés descalços sobre a terra, ou sentir a chuva tocar sua pele (Tiriba, 2005).

Raramente de pés descalços, as crianças brincam sobre chão predominantemente coberto por cimento e brita, revestimentos que predominam nas áreas externas. Poucos pátios são de terra ou barro. A grama, onde existe, muitas vezes não está liberada para as crianças, sob o pretexto de que nela não se pode pisar. Por outro lado, onde ocupa a totalidade da área externa, não oferece alternativas de brincadeiras de cavar, amontoar, criar e demolir, atividades tão desejadas, que só a terra e a areia propiciam (Tiriba, 2005, p. 8).

A proposta da ação em alusão ao dia da árvore está ligada ao desejo da equipe em apresentar aos responsáveis familiares a necessidade da apresentação da criança ao meio ambiente. Pois, existe uma necessidade básica da criança perante a aproximação de sua relação com o meio ambiente, como a relação com a água, a vegetação e os animais, que acabam servindo para o ensino inicial de sua relação com o mundo. A proximidade com esses elementos permite com que a criança formule suas próprias ideias e hipóteses acerca do mundo ao seu entorno, além de aprofundar sua compreensão sobre os elementos naturais que compõem a vida humana (Tiriba, 2005; Rambo e Roesler, 2019).

Em ação realizada entre os dias 16 ao dia 20 de setembro, no município de Duas Estradas, ocorreu durante as visitas domiciliares de cada um dos membros da equipe, uma doação de mais de 200 mudas para uma média de 150 famílias que são acompanhadas pelo programa. Durante as visitas, as famílias foram orientadas sobre a importância de aproximar as crianças do meio ambiente, iniciando com o contato diário com a natureza. Nesse sentido, o contato com a terra é um excelente ponto de partida para fortalecer essa conexão. A doação de mudas proporcionou, nesse contexto, um momento especial de interação entre o cuidador e a criança.

Figura 2 - Momento em que as ações foram realizadas



Fonte: Acervo pessoal

Durante a ação, por meio da observação, foi possível compreender e detectar os comportamentos das famílias durante o desenvolvimento das atividades. Os processos

formados pela entrega das mudas e as ações desenvolvidas de conscientização sobre a relevância da preservação do meio ambiente, viabilizada pela comemoração do Dia da Árvore, potencializaram a divulgação da importância da Educação Ambiental no cotidiano das famílias participantes do Programa Criança Feliz do município de Duas Estradas - PB, além de proporcionar a introdução das crianças à natureza. Ademais, foi proposto que o plantio das mudas distribuídas fosse realizado de forma lúdica. Assim, a criança, juntamente com seus responsáveis, plantaria a muda, entrando em contato com o solo e a vegetação.

Vale ressaltar que esse momento de diversão familiar, proporciona a criança contemplada processos de convivência familiar, pois é construído através das relações cotidianas de cuidado do pai e da mãe com seu filho, favorecendo a formação de vínculos (MDS, 2017). “As experiências vividas nessa fase são marcadas por importantes aquisições físicas, cognitivas, emocionais e sociais, conjugadas com um momento de grande dependência do ambiente externo, especialmente no que tange aos cuidados dos adultos” (MDS, 2016, p.3). Portanto, observa-se uma imensa importância dos vínculos familiares, formados primordialmente a partir do ato de brincar, oportunizando a criança um maior desenvolvimento em seu ambiente familiar durante seus primeiros anos de vida.

A brincadeira possibilita a aprendizagem e o desenvolvimento, porém ela se torna mais rica e estimulante, quando o educador participa, interage com as crianças, observando, intervindo quando necessário, envolvendo-se corporal e afetivamente, sonhando, representando, imaginando... brincando prazerosamente (Marquez, 2011, p. 11-12).

Figura 3 – Crianças acompanhadas realizando a atividade proposta pela ação



Fonte: Acervo pessoal

Em relação ao desenvolvimento e interesse familiar, foi visível que a atividade foi bastante atrativa para os participantes, que demonstraram grande interesse na proposta e na escolha da árvore a ser plantada. Conforme exemplificado, as crianças tiveram a oportunidade de entrar em contato com o solo e a natureza. Portanto, entende-se a necessidade de atividades realizadas em contato com a natureza, que formam marcos afetivo primordialmente gerado pelo contato sensorial e emocional com o ambiente natural. Essas atividades servem como elementos motivacionais, sensibilizando o indivíduo desde o início de seu desenvolvimento (Neiman, 2007).

Além da questão dos vínculos familiares, o projeto também aborda o Desenvolvimento Sustentável e a Educação Ambiental (EA) para cidadãos em situação de vulnerabilidade social. Trata-se de uma iniciativa resultante de políticas voltadas à conscientização sobre os crescentes problemas ambientais. Considerando que a pobreza e a desigualdade são alguns dos principais desafios, a assistência social focou em promover um futuro mais verde e, conseqüentemente, mais saudável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo o projeto, assim como os demais trabalhos voltados à área de Educação Ambiental (EA), buscou orientar a sociedade e estimular a conscientização relacionada à preservação e ao cuidado com o meio ambiente, visando o bem-estar de todos os cidadãos inseridos na comunidade. Observou-se uma rica troca de informações e experiências entre a equipe responsável pela ação e os participantes (famílias atendidas), especialmente em relação às espécies de mudas distribuídas, por meio de uma práxis que envolveu companheirismo e respeito durante as visitas domiciliares.

Vale ressaltar que as expectativas em relação à ação foram alcançadas, constatando-se um interesse significativo dos usuários em envolver-se e realizar as atividades ambientais propostas pelo PCF. Dessa forma, compreende-se a necessidade de um enfoque ecológico abrangente em todas as esferas governamentais, visando englobar toda a sociedade na busca por uma melhor qualidade de vida. Contudo, os resultados diretos dessas ações só poderão ser plenamente percebidos num futuro próximo, com o surgimento de uma nova geração.

Por fim, a prática dessa ação busca possibilitar a ampliação do conhecimento da sociedade aliado a atitudes ambientais, que posteriormente poderão transformar a

percepção da sociedade em relação ao meio ambiente e às políticas ambientais vigentes, constituindo uma nova geração com um olhar voltado para um mundo mais sustentável.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 08 jan. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016. Disponível em: Acesso em: 22 jun. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1999]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em: 22 jun. 2024.

BOLLA, K. D. S; MILIOLI, G. A Questão Ambiental no CRAS: Promoção de Qualidade de Vida e Sustentabilidade. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 39, e188719, 1-15. 2019.

CARVALHO, I. C. M. Educação ambiental [livro eletrônico]: a formação do sujeito ecológico. **Editora Cortez**, São Paulo, 2017.

CHIQUETTO, G. S. G. *et al.* PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM UM CENTRO DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS). **Revista Conexão UEPG**, v. 17, e2117154, p. 01-14. Brasil, 2021.

COSTA, F. W. D. PLANTE UMA ÁRVORE, ADOTE ESSA IDEIA! PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA ADALGISA MENDONÇA LOPES, ANAJATUBA-MA. **Geografia, Ensino & Pesquisa**, v. 22, e28, p. 01-14. Maranhão, 2018.

DJONÚ, P. *et al.* OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ECONDIÇÕES DE SAÚDE EM ÁREAS DE RISCO. **Ambiente & Sociedade**, v. 21. São Paulo, 2018.

GUAITOLINI, M. D. G. *et al.* FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: formação ética ecológica na era da tecnologia. In CERQUEIRA, C. C. A. X. *et al.* Meio ambiente e educação: interação multidisciplinar numa perspectiva espacial. **Editora CRV LTDA**, ed. 1, p. 17-19. Paraná, 2018.

MARQUEZ, C. G. APRENDER BRINCANDO. IV EDIPE – **Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino**, 2011

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Programa Criança Feliz. **A intersectorialidade na visita domiciliar**. Edição, 2017. Brasília - DF.

Disponível

em:<[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/crianca_feliz/A_intersetorialidade_e_na_visita_domiciliar_2.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/crianca_feliz/A_intersetorialidade_na_visita_domiciliar_2.pdf)> Acesso em 08 de Janeiro de 2024.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social. SUAS e Programa Criança Feliz – Atuação Integrada. Brasília, 2016.

MÜLLER, J. Orientação básica para manejo da arborização urbana. **Edições FAMURS**. Porto Alegre: Nova Prova, 1998.

NEIMAN, Z. A educação ambiental através do contato dirigido com a natureza. Tese (doutorado em psicologia) – **Universidade de São Paulo**. São Paulo, 2007.

OLIVEIRA, K. A.; CORONA, H. M. P. A PERCEPÇÃO AMBIENTAL COMO FERRAMENTA DE PROPOSTAS EDUCATIVAS E DE POLÍTICAS AMBIENTAIS. **Revista Científica ANAP Brasil**, 2008.

RAMBO, G. C.; ROESLER, M. R. V. B. VIVÊNCIA COM A NATUREZA NO AMBIENTE ESCOLAR NA PRIMEIRA INFÂNCIA E SUA RELEVÂNCIA PARA CONSTRUÇÃO DO RESPEITO E CUIDADOS COM O MEIO AMBIENTE. **Revista brasileira de educação ambiental**, V. 14, N. 1: 111-131, São Paulo, 2019.

TIRIBA, L. V. V. CRIANÇAS, NATUREZA E EDUCAÇÃO INFANTIL. Tese (Doutorado em educação) - **Universidade Católica do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2005).

UNISEB. Educação Ambiental. **Editora Universidade Estácio de Sá**. 2014.